

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

A cadeia “chocante”

Um grupo de deputados nacionais, que constitui a Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais da Assembleia da República, veio esta semana a Ponta Delgada para visitar a cadeia da Boa Nova.

Depois da visita, a sua presidente comentou que o sentimento de todos os deputados era de **“choque; as condições são chocantes”**.

Os senhores deputados deviam saber que “chocados” andamos nós, açorianos, há mais de 15 anos, com a incompetência dos políticos e dos governantes para resolverem o problema do estabelecimento prisional de Ponta Delgada.

As soluções milagrosas são propostas em todas as campanhas eleitorais, mas depois de empoleirados no parlamento de Lisboa, esquecem-se completamente das promessas de campanha.

Alguns dos responsáveis por toda esta situação estavam naquele grupo que visitou a cadeia, que se deviam envergonhar por serem coniventes com a situação escandalosa que se vive ali dentro e que algumas instituições internacionais não tiveram dúvidas de se tratar de uma violação dos direitos humanos.

Os sucessivos governos em Lisboa têm-se revelado incapazes para solucionar as condições degradantes na cadeia de Ponta Delgada e os últimos dois governos de António Costa tiveram até a ousadia de se envolverem num negócio misterioso para a construção do novo edifício, num terreno sem condições, mas que dava garantias de adiar o processo para as calendas gregas.

O processo está envolto num grande monte de bagacina, onde se vai enterrar quase 3 milhões de euros só para retirar de lá o cascalheiro.

Entretanto, porque tudo foi mal conduzido (o mais provável intencionalmente) o processo está parado nos tribunais devido às trapalhadas habituais da governação central.

A cadeia de Ponta Delgada tornou-se num símbolo da incompetência dos poderes centrais e não admira que sirva, agora, como relíquia visitável para quem andou a dormir este tempo todo em Lisboa.

Esperemos que desta excursão dos senhores deputados surjam resultados na capital do Império.

Até lá vamos esperar.

Provavelmente sentados... no monte de bagacina.

Jorge Rita desvaloriza corte de 5 milhões de euros no Orçamento Regional

O Presidente da Federação Agrícola dos Açores (FAA), Jorge Rita, enalteceu a execução dos investimentos na Agricultura e desvalorizou a redução de cinco milhões prevista na anteproposta de Orçamento da Região para 2023.

Questionado pelos jornalistas sobre as críticas do PS, que considerou “impensável” que o Governo dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM) “corte” cinco milhões de euros à agricultura no Plano e Orçamento de 2023, Jorge Rita destacou que importa atender aos níveis de execução.

“Eu vou dizer o que dizia quando o PS era Governo Regional: para mim nunca é muito relevante o montante que está alocado. Para mim, é sempre muito relevante quando se faz o balanço da execução. Isso para mim é que é fundamental”, afirmou.

Jorge Rita falava na sede da Presidência do Governo dos Açores, em Ponta Delgada, ao lado do líder regional do Executivo, José Manuel Bolieiro.

“A mim o que me interessa é ir enquadrando e monitorizando toda a situação da boa execução dos Planos na agricultura. O que posso garantir é que na agricultura os Planos são os mais bem executados”, reforçou o representante dos agricultores.

Na ocasião, Bolieiro anunciou apoios à agricultura de 14 milhões de euros, sendo cinco milhões para um subsídio direto aos agricultores devido ao aumento dos preços, e nove milhões para a reestruturação das empresas agrícolas.

As críticas do PS

A deputada do PS/Açores Patrícia Miranda considerou ser “impensável” que o Governo dos Açores “corte” cinco milhões de euros no Orçamento de 2023 para a agricultura, numa altura que diz ser de crise.

A deputada da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que integrou o Grupo Parlamentar socialista que visitou a Feira Agrícola de Santana, no concelho da Ribeira Grande, na ilha de São Miguel, referiu que, “numa altura de crise, é impensável que este Governo [Regional] corte cinco milhões de euros [no Orçamento de 2023] para a agricultura, estando-se a falar em mais três milhões só em infraestruturas agrícolas”.

É o caso dos caminhos agrícolas, do abastecimento de água às explorações e sua electrificação, segundo especificou a deputada da oposição.

A parlamentar frisou que,



“numa altura em que é preciso ajudar os agricultores a combaterem esta crise de inflação, não se pode cortar investimento”, sendo este um “claro sentido de desnorte, principalmente quando o Secretário Regional da Agricultura vem à comunicação social divulgar a taxa de execução do Prorural no valor de 74%”.

“O Secretário enganou-se ou então, numa tentativa de iludir os açorianos, esqueceu-se de dizer que estes 74% correspondem apenas dois milhões de euros, entre 2021 e 2022, comparados com 270 milhões que o Governo socialista já tinha executado até 2020”, afirmou Patrícia Miranda.

A deputada defendeu a adopção de “medidas concretas” para as várias actividades agrícolas, tendo apontado que o PS/Açores avançou com uma proposta no Parlamento dos Açores, face ao aumento do gasóleo agrícola, que foi “chumbada pela coligação” PSD/CDS-PP/PPM que governa a Região.

O sector agrícola dos Açores é um dos pilares da economia açoriana, a par das pescas e do turismo, representando milhares de postos de trabalho.

Os elogios do PSD

O deputado do PSD/Açores Alberto Ponte saúda o Governo Regional por apoios estimados para a Agricultura na ordem de 14 milhões de euros, destinados a ajuda directa a todos os produtores e à reestruturação das empresas do sector.

O parlamentar social-democrata reage assim ao anúncio feito esta semana pelo Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, sobre as ajudas directas excepcionais e de resposta ao impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia no total de cinco milhões de euros, a par da reestruturação de empresas regionais do sector de transformação e comercialização de produtos agrícolas que atinge os nove milhões de euros.

As ajudas directas de cinco milhões de euros são financia-

das através do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) – 4,3 ME – e do Orçamento Regional (770 mil euros). A reestruturação do sector empresarial agrícola será suportada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Para Alberto Ponte, “estas verbas vêm desmentir as afirmações do PS que fala em cortes de cinco milhões nos apoios previstos aos produtores e de se cingirem à pecuária, quando a proposta real se estende aos diversos ramos da agricultura, desde a horticultura, a fruticultura, a vinicultura, floricultura, através do PRORURAL+ e do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência”.

“O Governo dos Açores vem acima de tudo, de forma inteligente e assertiva, aproveitar dois mecanismos europeus para contornar a crise que está a afectar o sector, actuando em simultâneo de forma preventiva, recorrendo a outros meios financeiros, indo além do Orçamento da Região”, realçou.

Segundo o deputado do PSD eleito por São Miguel, “as medidas determinadas pelo Governo revelam-se ousadas, mais próximas das necessidades efectivas do sector de modo transversal, tendo em linha de conta as dificuldades por que têm passado com o aumento dos custos de produção.”

Alberto Ponte salientou igualmente a “sensibilidade do executivo açoriano para a importância da atribuição do apoio excepcional específico, directo, desburocratizado, cujo acesso não depende da perda de rendimentos, promovendo a igualdade de oportunidades entre todos os produtores”.

De referir que para além dos nove milhões a financiar pelo PRR, dirigidos à reestruturação da actividade agropecuária, este mecanismo financeiro prevê ainda 30 milhões de euros para o relançamento económico da agricultura açoriana, “revelando bem o objectivo do Governo Regional em não só salvar o sector, como relançar e fortalecer-lo”, concluiu o parlamentar social-democrata.